

**Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:**

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

# Acessibilidade Cultural - da Formação à Política Cultural

## Cultural Accessibility - from Training to Cultural Policy

## Accesibilidad Cultural - de la Formación a la Política Cultural



**Patricia Silva Dorneles**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,  
Brasil

[patriciadorneles@medicina.ufrj.br](mailto:patriciadorneles@medicina.ufrj.br)



**Isadora Machado Cabral**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,  
Brasil

[isamachadocabral@gmail.com](mailto:isamachadocabral@gmail.com)



**Claudia Reinoso Araujo de Carvalho**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,  
Brasil

[claudiareinoso@medicina.ufrj.br](mailto:claudiareinoso@medicina.ufrj.br)

**Resumo:** Neste texto, relatamos a experiência do Laboratório de Arte, Cultura, Acessibilidade e Saúde (LACAS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e sua atuação em parceria com o antigo Ministério da Cultura (MinC) para a promoção da política pública de acessibilidade cultural para pessoas com deficiência. Nos últimos dez anos, através do LACAS, realizam-se o Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (CEAC); os Encontros Nacionais de Acessibilidade Cultural (ENAC); a coordenação integrada de ações de acessibilidade no Projeto "Um novo olhar" (UNO); entre outras ações de capacitação. Este artigo tem por objetivo descrever e analisar práticas inclusivas de acessibilidade e discuti-las tendo por base os direitos

culturais das pessoas com deficiência. As ações realizadas contribuem para o desenvolvimento da temática nas universidades federais, com a produção de conhecimento na área e com o desenvolvimento do plano e do sistema nacional de cultura.

**Palavras-chave:** Políticas Culturais. Acessibilidade. Pessoas com deficiência. Formação profissional. Universidade.

**Abstract:** In this text, we report the experience of the Laboratory of Art, Culture, Accessibility and Health - LACAS from the Federal University of Rio de Janeiro - UFRJ and its work in partnership with the former Ministry of Culture - MinC and other cultural institutions for the promotion of a public policy of cultural accessibility for people with disabilities. In the last ten years, through LACAS, the Cultural Accessibility Specialization Course - CEAC, the National Meetings on Cultural Accessibility - ENAC, the integrated coordination of accessibility actions in the Project "Um novo olhar"- UNO, and other qualification actions have been carried out. The purpose of this article is to describe and analyze these practices and discuss them based on the cultural rights of people with disabilities. It was concluded that the actions carried out contribute to the development of the theme in federal universities, with the production of knowledge in the area and with the development of the national plan and system of culture.

**Keywords:** Cultural Policies. Accessibility. People with disabilities. Professional training. University.

**Resumen:** En este texto, relatamos la experiencia del Laboratorio de Arte, Cultura, Accesibilidad y Salud - LACAS de la Universidad Federal de Río de Janeiro - UFRJ y su actuación en alianza con el ex Ministerio de Cultura - MinC y otras instituciones culturales para la Promoción de la política pública de accesibilidad cultural para personas con discapacidad. En los últimos diez años, a través de LACAS, se ha realizado el Curso de Especialización en Accesibilidad Cultural - CEAC; los Encuentros Nacionales de Accesibilidad Cultural - ENAC; la coordinación integrada de acciones de accesibilidad en el Proyecto "Una Nueva Mirada" - UNO; y otras acciones formativas. Este artículo tuvo como objetivo describir y analizar estas prácticas y discutir las a partir de los derechos culturales de las personas con discapacidad. Se

concluyó que las acciones realizadas han contribuido al desarrollo del tema en las universidades federales, a la producción de conocimiento en el área, así como también al desarrollo del plan y del sistema nacional de cultura.

**Palabras clave:** Políticas Culturales. Accesibilidad. Personas con discapacidad. Formación profesional. Universidad.

*Data de submissão:* 01/10/2021

*Data de aprovação:* 31/11/2021

## Introdução

Os avanços recentes da produção de conteúdos culturais acessíveis fazem parte de um histórico movimento de luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Embora o direito à cultura esteja contemplado na constituição federal brasileira, é a partir de 2008 que a pauta da acessibilidade cultural busca efetivamente o apoio das políticas públicas de cultura, por meio do movimento social “Nada sobre Nós Sem Nós” da Oficina Nacional de Políticas Públicas Culturais para Pessoas com Deficiência que, à época, fazia parte da Secretaria de Identidade e Diversidade (SID) do antigo Ministério da Cultura (MinC). As orientações acerca do direito cultural das pessoas com deficiência, explicitadas na constituição federal (BRASIL, 1988), foram, posteriormente, reiteradas em outros decretos, como, por exemplo, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (BRASIL, 2009), que subsidiou a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

A Oficina “Nada sobre Nós Sem Nós”, denominada pelos participantes com o lema internacional das pessoas com deficiência, fez parte das iniciativas de escuta pública que a SID organizava com representantes dos diferentes segmentos da diversidade cultural no período. Acompanhando a política do MinC de consulta participativa e popular, as oficinas objetivavam a ação do estado na constituição de uma política nacional de cultura que, sobretudo, valorizasse a diversidade e atendesse às

demandas necessárias dos mais diferentes públicos. A pauta da acessibilidade cultural como direito de fruição estética das pessoas com deficiência aos produtos culturais surge na Oficina como uma demanda dos atores do campo. Entre as ações e diretrizes para as políticas de fomento, difusão, patrimônio cultural e de acessibilidade cultural, prioriza-se a formação de gestores culturais em acessibilidade cultural para fortalecimento e implementação da política de acessibilidade cultural nas políticas públicas culturais no Brasil.

O Laboratório de Arte, Cultura, Acessibilidade e Saúde (LACAS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem atuado ativamente na construção da política pública de cultura para a promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência. Criado em 2010, o laboratório tem como principal objetivo desenvolver pesquisa, ensino e extensão, de forma indissociável, articulando conceitos e práticas e desenvolvendo conteúdos e reflexões em diálogos interdisciplinares entre as áreas de arte, cultura, acessibilidade e saúde. Desde a sua criação, e com o objetivo de apoiar o MinC na promoção da política pública cultural acessível, o LACAS, inicialmente através da SID e posteriormente da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), desenvolve um conjunto de projetos que atendem às proposições da Oficina “Nada sobre nós sem Nós”, às metas e diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Destacam-se, também, a participação ativa das iniciativas do LACAS na constituição da rede a qual denominamos “Rede de Articulação, Fomento e Formação

em Acessibilidade Cultural” (RAFFACULT) e sua atuação na constituição das metas 3.18 e 3.11 da III Conferência Nacional de Cultura (CNC) que se destacam como orientações para qualificar a promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência e o compromisso das políticas públicas culturais, bem como as conquistas que se expressam na institucionalização da política pública cultural acessível nas Instruções Normativas (IN) 05/17 da Lei Rouanet e 116/2014, 132/2017 e 145/2018 da Agência Nacional de Cinema (Ancine).

Um dos projetos principais da parceria entre o LACAS e o MinC foi a realização do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (CEAC) e a realização do Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural (ENAC).

O CEAC é o primeiro curso de pós-graduação na América Latina com a temática da Acessibilidade Cultural que visa à promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência. O ENAC, por sua vez, é um dos primeiros encontros nacionais sobre o tema. Desde 2020, o LACAS e sua equipe têm participado da Coordenação das Ações Integradas de Acessibilidade Cultural do Projeto “Um Novo Olhar”, parceria entre a Escola de Música da UFRJ e a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE). Destacam-se, também, outras ações de capacitações que enfocam o direito cultural das pessoas com deficiência, gestão e produção cultural acessível e a cidadania cultural da pessoa com deficiência em diversas parcerias, tais como, por exemplo, a Superintendência de Museus da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro.

## O Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural – CEAC

Atualmente constatamos que o CEAC firmou-se como um instrumento de formação, fomento e articulação na pauta da acessibilidade cultural. Para além do curso em si, o CEAC agregou iniciativas com o objetivo de ampliar a formação sobre o tema, de forma comprometida com a dimensão continental do país e com os diferentes atores do campo no nível nacional. O objetivo inicial do CEAC foi o de apoiar o MinC a impulsionar a política pública de acessibilidade cultural em todo território brasileiro.

O curso de especialização na pauta da acessibilidade cultural, cuja relevância é inquestionável, é oferecido para funcionários públicos em cargos de gestão cultural, docentes de universidades públicas, pessoas com inserção nos Pontos de Cultura, além de outros segmentos da sociedade civil. O curso, dessa forma, transcende a formação e torna-se um sustentáculo de parcerias entre aqueles que se identificam e se comprometem em difundir e em implementar políticas públicas na área de cultura. Discentes egressos, comumente, envolvem-se fomentando o engajamento nos movimentos sociais relacionados à temática e concretizam ações multiplicadoras, a partir de distintas e inovadoras iniciativas. Como meio para implementação das políticas públicas de cultura, o CEAC tornou-se central para a implementação e fortalecimento da RAFFACULT.



Os resultados obtidos são de ordens diversas, tais como, por exemplo, a inserção de disciplinas nos currículos de cursos de graduação, além de diferentes modalidades de formação, tendo por base as áreas profissionais dos docentes universitários; a inserção de discentes que são gestores públicos e daqueles que estão em programas de mestrados internacionais e outras pós-graduações nas quais são aprofundados os conhecimentos acerca da acessibilidade cultural e do direito cultural das pessoas com deficiência; a proposição de eventos e de fóruns nos temas nos quais, raramente, a pauta era abordada; em distintas ações de acessibilidade cultural onde os egressos do curso conseguem aporte financeiro via editais públicos de fomento aos seus projetos culturais.

O Curso foi proposto tendo em vista as demandas e necessidades de capacitação e formal em Acessibilidade Cultural identificadas através das ações e diretrizes da oficina “Nada Sobre Nós Sem Nós”. Os objetivos do CEAC atendem à ação 1.2 da diretriz 1 de Acessibilidade Cultural, que se refere à promoção da capacitação dos gestores, técnicos e avaliadores dos editais públicos, considerando a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; a meta 1.3 da diretriz 1 de Fomento que enfatiza a questão da formação continuada de profissionais, com ou sem deficiência, com relação à área de cultura, arte e informação para atuar junto a pessoas com deficiência na área cultural; e a ação 2.1 da diretriz 2 de Difusão que menciona a criação de cursos de formação/capacitação para artistas e gestores. Ademais, relaciona-se, de forma indireta, às outras diretrizes

e ações propostas na já mencionada oficina (AMARANTE; LIMA, 2009).

A especialização em acessibilidade cultural contribui diretamente para a consolidação das metas do PNC, em especial, das metas 35 e 36 que apontam respectivamente para a necessidade de capacitar gestores em 100% dos equipamentos culturais e para capacitar gestores de cultura e conselheiros em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação (UF) e 30% dos municípios, dentre os quais, 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes. Ou seja, as diversas ações inerentes à formação implementadas pela especialização proporcionam às pessoas capacitadas a expansão de suas iniciativas na área de Acessibilidade Cultural. Dessa maneira, o curso contribui ainda em prol da meta número 29, que fala da intenção de garantir que 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais e atendam aos princípios previstos na legislação pertinente à acessibilidade e ao desenvolvimento de iniciativas visando promover a fruição cultural por parte das pessoas com deficiência. Destacamos ainda as metas 28 e 34. A primeira aponta para o aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, e a segunda incide sobre a necessidade de ampliação na ordem de 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados (BRASIL, 2012).

O curso de especialização teve seu currículo idealizado e elaborado pelos professores da graduação em Terapia Ocupacional da UFRJ, que estavam relacionados à temática e

ainda por outros colaboradores como Flavia Corpas, Isabel Portela, do Museu da República/RJ, e integrantes da Escola de Gente/RJ. O então Ministério da Cultura, MinC, apoiou todas as turmas do curso. As atividades com a primeira turma iniciaram-se no ano de 2013 e com a segunda turma no ano de 2015. Contando com o apoio do extinto MinC, realizamos a terceira turma em 2018, com o encerramento em 2019. A busca por soluções necessárias para uma cultura democrática e inclusiva e a formação de agentes multiplicadores das soluções encontradas foi o que fundamentou a proposta do curso de especialização. Entre seus objetivos, elencamos: a) formar especialistas em Acessibilidade Cultural para atuar no campo das políticas culturais, orientando e implementando conteúdos, ferramentas e tecnologias de acessibilidade que proporcionem fruição estética, artística e cultural para todas as condições humanas a partir do enfoque da deficiência; b) oferecer capacitação em Acessibilidade Cultural com base em uma grade de conteúdos que proporcione conhecimento desde a gestão em políticas culturais até o conhecimento sobre as deficiências, a legislação e as tecnologias de fruição para a Acessibilidade Cultural de pessoas com deficiência; c) possibilitar a formação e a certificação que proporcionem atuação profissional no campo das políticas culturais, auxiliando e orientando a implementação de Acessibilidade Cultural para todas as linguagens estéticas e artísticas; d) sensibilizar, a partir da formação, gestores culturais para a implementação de ações culturais inclusivas no campo da fruição estética e da participação da pessoa com deficiência nas políticas e

programações de atividades culturais; e) estimular o debate e a aplicabilidade dos aspectos apontados na legislação referente às políticas culturais, aos direitos humanos e às pessoas com deficiência.

Visando se constituir como uma política pública, nas três primeiras edições, o curso foi ofertado para segmentos específicos e com distribuição de vagas levando-se em conta os estados ou regiões do país. As vagas ofertadas para Gestor Público Cultural tiveram como objetivo capacitar integrantes da gestão pública para a implementação da política orientada no PNC e no SNC. Sabendo que a universidade pública, de forma geral, está longe do campo – e que as iniciativas desenvolvidas sobre a pauta da acessibilidade cultural se caracterizam, em sua grande maioria, por desenvolvimento de uma área específica do tema e ocorrem de forma muito solitária – as vagas do CEAC para professores universitários de instituições públicas tiveram como finalidade promover a capacitação em acessibilidade cultural tendo em vista a vida acadêmica, formando futuros profissionais para atuação na área de acessibilidade cultural. Como o CEAC foi desenvolvido com o apoio da SCDC, responsável pelo Programa Cultura Viva (PCV), era importante capacitar as iniciativas de base de cultura comunitária ligadas ao programa como os Pontos e Pontões de Cultura. Além disso, é importante considerar que grande parte dessa população à margem da sociedade encontra-se na linha da miserabilidade sem acesso à educação e à cultura. Assim, as iniciativas culturais de base comunitária podem ser o primeiro acesso para este público à arte e à cultura. Essas vagas oferecidas aos Pontos e

Pontões de Cultura também tinham como objetivo capacitar multiplicadores nas redes dos Pontos de Cultura do PCV e constituir, junto ao programa, o Grupo de Trabalho Pontos de Cultura e Acessibilidade Cultural. As vagas oferecidas para as Organizações da Sociedade Civil tiveram como objetivo a capacitação das pessoas envolvidas na temática, tendo em vista tanto a capacitação para o exercício do controle social quanto a implementação da Política de Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência, conforme previsto no PNC e no SNC. Na última edição do CEAC, por solicitação do antigo MinC, foram incluídas vagas para produtores culturais que tivessem atuação em ambientes culturais ou programas e projetos de políticas culturais, com a finalidade de implantar, qualificar e potencializar as atividades de acessibilidade no âmbito da cultura.

O curso de especialização é desenvolvido em 12 disciplinas organizadas em nove módulos, totalizando 360 horas. Do total de disciplinas, 3 são práticas, 4 são teóricas, 3 são teórico-práticas e 2 são de orientação em pesquisa. As disciplinas e suas respectivas cargas horárias são: Política e Diversidade Cultural – disciplina com 45 horas, Aspectos Gerais das Deficiências – com carga de 45 horas, Tecnologia Assistiva I – com carga de 30 horas, Tecnologia Assistiva II – com carga de 15 horas, Audiodescrição I – com 30 horas/aula, Audiodescrição II – com 15 horas/aula. Exposição Acessível I e Exposição Acessível II – ambas com carga horária de 30 horas, Seminário de Projeto I e Seminário de Projeto II – ambas com carga de 30 horas, estas duas últimas são responsáveis pelo desenvolvimento

de projeto final da especialização por meio da orientação, do desenvolvimento e da apresentação do trabalho final do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (DORNELES; CARVALHO; CASTRO, 2017).

No desenvolvimento do curso, contamos com a parceria de um museu e na proposta do museu-escola. O museu-escola é aquele que acolhe a especialização e coloca em disponibilidade parte do seu acervo como objeto das ações de acessibilidade inerentes às disciplinas. Dessa forma, entre o museu-escola e a formação do CEAC cria-se uma relação de ensino de forma orgânica e generosa, na qual a teoria e a prática são postas em diálogo profícuo, favorecendo a aprendizagem por todo o período do curso. Como parte da finalização do curso, no âmbito da disciplina “Exposição Acessível”, a turma oferece à direção do museu-escola um plano de acessibilidade para o museu, que envolve os diferentes recursos desenvolvidos nas disciplinas que podem auxiliar na implementação de um programa de acessibilidade. Os museus-escola foram: na primeira turma do curso de especialização, o Museu da República; na segunda, o Museu da Geodiversidade da UFRJ; e na terceira turma teve início no Museu Nacional da UFRJ, mas, com a tragédia do incêndio, o curso foi acolhido pelo Museu Histórico Nacional.

Ao longo das três edições do CEAC, a formação profissional dos alunos foi bem diversificada, o que contribuiu para uma produção científica bastante rica e abrangente. Compunham as turmas: terapeutas ocupacionais, educadores físicos, pedagogos, professores, publicitários, jornalistas, museólogos, economistas,

advogados, fonoaudiólogos, assistentes sociais, entre outros. Em relação aos trabalhos de conclusão de curso dos discentes das três turmas, os temas puderam ser categorizados em grandes grupos: acessibilidade cultural em linguagens artísticas e manifestações culturais; acessibilidade cultural no contexto das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; acessibilidade em equipamentos culturais; formação e capacitação em acessibilidade cultural; política pública, diversidade e cidadania cultural; e recursos de acessibilidade.

A metodologia da implicação orienta o curso. Esta convoca discentes e pares a atuarem como multiplicadores do conhecimento de forma ativa junto às políticas culturais, ampliando o compromisso de todos com a cidadania cultural das pessoas com deficiência. Nas três turmas do curso, como uma contrapartida dos discentes ao investimento público oferecido pela formação gratuita, foi desenvolvido um conjunto de ações culturais. O compromisso com a difusão da pauta sempre esteve destacado nos editais, comprometendo o candidato a ser multiplicador do tema após a conclusão de sua formação. Nesse sentido, um bom exemplo foi a proposta de um curso de extensão na modalidade EAD, realizado em parceria com a UFRGS, no qual os discentes da segunda turma, organizados em duplas, tiveram a oportunidade de atuar como tutores, mobilizando e mediando os conteúdos para 420 inscritos. Essa experiência, além de ser por si só um rico aprendizado e uma oportunidade de aprofundamento dos conteúdos, serviu como modelo para que os próprios



discentes pensassem em suas estratégias para multiplicar o conhecimento adquirido.

A metodologia da implicação é baseada na pedagogia da implicação apresentada por Fagundes (2006). O teórico traduz os desafios de uma formação inédita como dispositivo de suporte de inauguração e construção de uma política pública também inédita. Para isso, faz-se necessário articular diferentes estratégias que contemplem os diferentes atores envolvidos no campo: gestores públicos, organizações do terceiro setor, universidades e profissionais e indivíduos da sociedade civil envolvidos com o tema, como temos realizado. A pedagogia da implicação configura-se “como gestão de processos de mudança de si e dos entornos” (FAGUNDES, 2006a, p.21). O que requer que os métodos transcendam a tradicional habilitação técnica, novas formas de gestão e administração, bem como elementos disparadores de desejos de processo de mudança, “mobilizando atos e estratégias de políticas no interesse de acolhimento de pessoas em projetos de vida e de presente, da democracia, cidadania e autoria” (FAGUNDES, 2006 b, p 543).

A dificuldade em mapear iniciativas de ações educativas tanto nos ambientes culturais quanto de formação no Brasil, foi percebida desde o início da primeira edição. Foram mapeadas cerca de 50 iniciativas isoladas de ações de formação envolvendo parte da pauta em universidades públicas brasileiras, mas, em nenhum dos casos, houve uma formação integral, tal como a proposta pela especialização. No sentido da construção de uma formação integral, foi necessário, também, contar com



outros pares que, conosco, compõem um caleidoscópio de perspectivas de formação no tema. Entre os parceiros nesta trajetória encontram-se a UFRGS, a UFRN, UFPel, UFBA, o MAM/SP, o GT de Acessibilidade Cultural do Pontos de Cultura, entre outros.

A RAFFACULT tem se consolidado a partir da forte atuação dos discentes e do estabelecimento de parcerias institucionais consistentes envolvendo as universidades e outros pares. Como dispositivos iniciais dessa rede, destacamos a realização das edições III e IV do Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais – SENAC promovido pela UFRGS e realizado no âmbito do I e II ENAC promovido pela UFRJ. O II ENAC e o IV SENAC foram realizados concomitantemente em Natal, no Rio Grande do Norte, no mês de abril de 2014 no TEIA – Encontro Nacional do Programa Cultura Viva (PCV), o que propiciou não só a parceria com a UFRN como também promoveu a descentralização da temática para aquela região.

## Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural - ENAC

O Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural (ENAC) destaca-se por ser um encontro pioneiro no país que debate o tema da acessibilidade. O ENAC foi uma demanda do MinC que se tornou atividade associada ao projeto do CEAC. Atende muitas metas apontadas nas diretrizes da Oficina “Nada sobre Nós sem Nós”, entre elas, as metas 3.1, 5.2, 5.3, das diretrizes 3 e 5 da temática do grupo de trabalho

Patrimônio; as metas 3.1, 3.2 e 3.3, da diretriz 3 do grupo de trabalho sobre Difusão; e a meta 2.5, da diretriz 2 do grupo de trabalho Acessibilidade. O ENAC é, também, o grande instrumento da articulação da RAFFACULT e constitui uma rede sólida de universidades parceiras, como, por exemplo, a UFRN, UFRGS, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel). No ano de 2019, o ENAC ofereceu 16 cursos de capacitação, ampliando a rede de universidades e instituições parceiras, entre elas, destacam-se Fiocruz, Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade federal do Piauí (UFPI) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Entre os parceiros internacionais que têm acompanhado as últimas edições, destacam-se o Instituto Politécnico de Leiria, em Portugal, e as instituições do terceiro setor, a Escola de Gente/RJ e a Mais Diferenças/SP. A programação do ENAC contempla minicursos, oficinas, seminário, apresentação de trabalhos, rodas de conversas, circuito cultural e espetáculos artísticos culturais acessíveis.

Junto ao I ENAC e ao III SENAC, em abril de 2013 realizou-se, também, a I Conferência Livre de Acessibilidade Cultural (CLAC), por solicitação da SCDC.

A CLAC resultou em 90 propostas para a III Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada entre 27 de novembro e 01 de dezembro de 2013. O resultado da sistematização das proposições da CLAC gerou a aprovação da proposta 3.18 entre as quatro primeiras do eixo Direitos Humanos e Cultura na CNC, indicando, assim, a promoção da política de acessibilidade cultural para pessoas com deficiência como uma das políticas públicas a ser implementada como

prioritária. Essa proposta convoca a muitos compromissos para a sua implementação, qualificando a política de acessibilidade cultural para pessoas com deficiência. Entre eles, destaca-se que é por meio de capacitação e qualificação de recursos que se avança na implementação das políticas de acesso às pessoas com deficiência, incapacidade temporária e /ou mobilidade reduzida à produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais. Nessa perspectiva, entre tantas tarefas, estão as metas (d) e (e). A primeira aponta para a necessidade de promover a capacitação para a Plena Acessibilidade Cultural e Artística dos agentes culturais, movimentos sociais e entidades culturais públicas e privadas, atuantes na área de educação e cultura; a segunda aponta para a promoção e a capacitação dos mediadores, gestores, técnicos e avaliadores dos editais públicos, tendo como condição *sine qua non* a participação da pessoa com deficiência para a validação do processo. Os discentes do CEAC, envolvidos e articulados com as políticas culturais, participaram das conferências municipais e alguns se elegeram como delegados para as conferências estaduais levando adiante a temática da política cultural acessível a pessoas com deficiência. Na CNC, de um grupo de cerca de 30 representantes da pauta, cinco pertenciam ao grupo do CEAC e foram articuladores em diferentes regiões do país. Registra-se também a aprovação da proposta 3.11, que, diferentemente da já referida 3.18, não tinha o status prioritário.

O II ENAC, por solicitação novamente da SCDC do então MinC, realizou-se em maio de 2014 na cidade de Natal- RN

no âmbito do V Encontro Nacional de Pontos de Cultura – TEIA. A realização do II ENAC – UFRJ e do III SENAC – UFRGS aconteceu em parceria com professores colaboradores da UFRN. Nesta II edição do encontro, incorporamos à programação oficinas e criamos o Grupo de Trabalho Nacional de Pontos de Cultura e Acessibilidade Cultural

. Lançamos o abaixo-assinado para a inserção dos recursos de acessibilidade na produção do cinema nacional – hoje legislação. O ENAC tornou-se uma agenda importante para quem está envolvido com o tema.

O III ENAC aconteceu no Rio de Janeiro, em maio de 2015, junto à segunda turma do CEAC e com programação ampliada. Promoveu-se o Seminário Acessibilidade Cultural e Audiovisual, refletindo a crescente relevância. O abaixo-assinado articulado no II ENAC e o seminário temático realizado no III ENAC fortaleceram iniciativas que surgiram em 2016 como o Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis realizado pela Secretaria de Audiovisual (SAV), do MinC, em parceria com a Universidade de Brasília (UNB) e a Instrução Normativa nº 128/2016 da Ancine que regulamenta o provimento de recursos de acessibilidade visual e auditiva nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica.

A IV edição do ENAC aconteceu em setembro de 2016. Inicia-se o processo de internacionalização do ENAC com a realização da festa *Sencity* que foi criada pela organização holandesa *Skyway Foundation* para promover a interação do público surdo com a música. Por solicitação do consulado americano, inclui-se na programação a palestra de Betty Siegel/ Diretora do VSA (*Very Special Arts*) e de Acessibilidade

no *The John F. Kennedy Center for the Performing Arts*; que tratou do tema Arte e acessibilidade.

O V ENAC foi realizado em novembro de 2017. Abre-se o ENAC para apresentação de trabalhos. A iniciativa teve por objetivo conhecer, mapear o que vem sendo desenvolvido na área e ampliar a RAFFACULT. Os temas até hoje permanecem como orientadores para trabalhos científicos e relatos de experiência A saber: Acessibilidade Cultural e Tecnologia Assistiva, Acessibilidade em Ambientes Culturais Acessibilidade, Arte e Educação Inclusiva, Formação em Acessibilidade Cultural, Políticas Públicas e Acessibilidade Cultural Programas, Projetos e Ações Culturais acessíveis. Nessa edição, 28 trabalhos enriqueceram a programação do V ENAC. Desde então observa-se o crescente número de trabalhos nos ENACs. A edição de 2019 chegou a 64 trabalhos.

O VI ENAC aconteceu em novembro de 2018. Ampliaram-se as relações internacionais com a presença de Carla Sofia Costa Freire e Célia Sousa, do Instituto Politécnico de Leiria, em Portugal – IP Leiria. O VII ENAC, realizado com o último recurso do projeto com o apoio do antigo MinC, aconteceu em setembro de 2019 na cidade de Porto Alegre. O objetivo foi de descentralizar a pauta e fortalecer as ações da UFRGS. O VIII ENAC aconteceu *online* com 64 trabalhos e todas as atividades tradicionais. Amplia-se a rede de universidades e de instituições parceiras. A UERJ associa-se ao evento como parte integrante da coordenação executiva. O Projeto Um Novo Olhar da Escola de Música da UFRJ, realizado em parceria com a FUNARTE, apoiou essa edição.

## Projeto um Novo Olhar

O projeto Um Novo Olhar (UNO) conta com a equipe do LACAS na coordenação das atividades integradas de acessibilidade. Devido à pandemia pela COVID-19, foi necessário transformá-lo em um projeto totalmente virtual. Esse contexto provocou a construção de uma logística de produção, comunicação e informação e novas formas de fazer a difusão cultural acessível virtualmente.

Para a logística de produção acessível, foi necessário construir uma equipe formada por parcerias institucionais. A contribuição do LACAS e da RAFFACULT tem sido essencial nessa estratégia. A equipe de Audiodescrição e Legendagem sucedeu-se com o grupo de Pesquisa Legendagem e Audiodescrição (LEAD), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). A equipe de Libras foi formada por bolsistas de diferentes instituições de ensino superior do Rio de Janeiro. No "UNO", a acessibilidade é considerada na criação e no planejamento das atividades. Assim, a atuação é compreendida desde a pré-produção.

O projeto dedica-se a fazer a difusão de artistas com deficiência bem como experiências de diferentes iniciativas que atuam em prol da promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência. No site do projeto, encontram-se performances artísticas (pockets shows), com foco na representatividade e no protagonismo das pessoas com deficiência, buscando contemplar a pluralidade dos artistas e tendo como critérios a diversidade das linguagens artísticas e das regiões do Brasil. Os artistas contratados fazem a produção da apresentação, enviando o vídeo já com

a Audiodescrição e o UNO fica responsável pela Legendagem (LSE) e Libras. O vídeo é, então, disponibilizado com esses três recursos de acessibilidade. As experiências relatadas consistem em pequenos depoimentos no formato de vídeo nos quais profissionais atuantes na área de arte e acessibilidade apresentam suas experiências em diversas áreas: cinema, música, teatro, dança, produção cultural acessível, entre outras.

Além de rodas de conversas ou mesas redondas de diferentes temáticas da pauta da acessibilidade cultural desenvolvidas em formato de *lives*, o foco central do projeto é a capacitação de professores, oficinairos e artistas que atuam em espaços de educação formal e não formal com arte-educação. Tal ação é de extrema relevância, considerando os desafios da educação inclusiva, do ensino da arte-educação, do baixo capital cultural das pessoas com deficiência e dos desafios das políticas culturais na promoção da equidade em relação ao direito cultural das pessoas com deficiência.

Como já apresentado em reflexões anteriores (DORNELES, CARVALHO, SILVA, MEFANO, 2018), faz-se necessário ampliar o número de professores de arte-educação capazes de desenvolver suas atividades com conhecimento de instrumentos e metodologias de mediação acessível para as pessoas com deficiência. Do mesmo modo, é importante que o artista desenvolva o seu trabalho artístico com recursos de acessibilidade e dê à sua obra um caráter mais universal, com acesso a todas as pessoas. As questões sobre a formação dos diferentes atores do âmbito das artes e das políticas culturais são uma pauta relevante



para qualificar a promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência. Assim, a capacitação sobre as questões que envolvem a acessibilidade cultural para as pessoas com deficiência é uma das estratégias mais significativas que deve envolver os gestores e suas políticas culturais. É através da promoção ao consumo cultural e ao seu direito à produção de bens culturais que as políticas culturais atuam para ampliar e qualificar o capital cultural dessa população. Do mesmo modo, é importante qualificarmos a formação de público dessa população e contemplar a sua presença nos espaços e projetos culturais.

Os cursos ofertados pelo “UNO” fazem parte da ação Arte + Acessibilidade + Educação + Inclusão. Entre os temas, encontram-se “Introdução a Arte/Educação, Tecnologia Assistiva e Deficiência”, “Artes Integradas, Educação e Acessibilidade”, “Artes Visuais, Educação, Acessibilidade e Decolonialismo” e “Música, Educação e Acessibilidade”, “Dança, Educação e Acessibilidade”. Alguns dos cursos já estão em sua terceira edição e novos cursos estão sendo elaborados. Eles são ofertados na forma de ensino a distância, gratuitos e completamente acessíveis. Atualmente, 1.500 pessoas já participaram das formações. Fazem parte dessa ação os encontros de Arte + Acessibilidade + Educação + Inclusão, que, em 2021, chegaram à segunda edição.

Ao nos debruçarmos sobre o “UNO”, observa-se que ele atende às metas 5.2, 5.3, da diretriz 5 de patrimônio; 1.1, da diretriz 1; e 2.1, da diretriz 2 de difusão; bem como as metas 3.1, 3.2, 3.3, da diretriz 3 de difusão; e 1.3, da diretriz 1 de fomento. Essas metas são apontadas na Oficina “Nada sobre



nós sem Nós” e atendem à LBI, contribuindo com outras metas do PNC e do SNC.

## Considerações Finais

Embora tenhamos avançado no que se refere à promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência por meio de políticas de fomento, sabe-se que, ainda, se faz necessário ampliarmos o compromisso de toda a sociedade na concretização da aplicabilidade da LBI. A efetivação da acessibilidade cultural para as pessoas com deficiência é um desafio complexo e requer um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas de forma articulada entre o poder público e a sociedade civil e que atuem na promoção do capital cultural e da cidadania cultural das pessoas com deficiência.

Por meio das ações relatadas, desenvolvidas pelo LACAS, destaca-se a sua contribuição na constituição das políticas públicas culturais. Em parceria com a política nacional de cultura, o antigo MinC, hoje Secretaria Especial da Cultura, possibilita o fortalecimento do compromisso em atender às metas do PNC e SNC, bem como as metas das diretrizes da Oficina “Nada sobre nós sem Nós” – instrumento importante e que, embora tenha provocado a inserção da pauta da acessibilidade cultural para pessoas com deficiência junto à política nacional de cultura, ainda é pouco conhecido por muitos gestores culturais. Destaca-se que, em âmbito mais local, o LACAS desenvolve capacitações que enfocam o direito cultural das pessoas com deficiência, gestão e produção cultural acessível e a cidadania cultural da pessoa com deficiência em diversas parcerias, tais como,

por exemplo, a Superintendência de Museus da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro, Museu Arqueológico José Monteiro Portugal. Essas iniciativas são desenvolvidas com parceiros da UFPel. Ao todo, nesses dois últimos anos de trabalho, somam-se cerca de 210 participantes.

## Referências

AMARANTE, P. LIMA, RICARDO (COORD.). **NADA SOBRE NÓS SEM NÓS.**

**RELATÓRIO FINAL DA OFICINA NACIONAL DE INDICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.** RIO DE JANEIRO: ENSP/FIOCRUZ, 2009.

BRASIL.[CONSTITUIÇÃO (1988)]. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, [2020]. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/CONSTITUICAO/CONSTITUICAO.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). ACESSO EM: 17 AGO. 2021

BRASIL. **DECRETO NO 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.** PROMULGA A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEU PROTOCOLO FACULTATIVO, ASSINADOS EM NOVA YORK, EM 30 DE MARÇO DE 2007. BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, [2009]. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/\\_ATO2007-2010/2009/DECRETO/D6949.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). ACESSO EM: 11 SET. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.** INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA). BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, [2015]. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/\\_ATO2015-2018/2015/LEI/L13146.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). ACESSO EM: 25 SET. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **AS METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA.** APRESENTAÇÃO DE ANA DE HOLANDA E SÉRGIO MAMBERT. SÃO PAULO: INSTITUTO VIA PÚBLICA; BRASÍLIA: MINC, 2012.

DORNELES, P.S; CARVALHO, C.R. A; SILVA, A.C. C; MEFANO, V. Do DIREITO CULTURAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v.22, n. 1, p.139-156, 2018.

DORNELLES, P. S.; CARVALHO, C. R. A. DE; CASTRO, A. R. F. DE. O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ACESSIBILIDADE CULTURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E SUAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **REVISTA DA FAEEDBA - EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**, v. 26, n. 50, p. 105-117, 2017.

FAGUNDES, S. M.. **ÁGUAS DA PEDAGOGIA DA IMPLICAÇÃO: INTERCESSÕES DA EDUCAÇÃO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE**. 2006. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM EDUCAÇÃO) - FACULDADE DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, 2006A. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.LUME.UFRGS.BR/BITSTREAM/HANDLE/10183/16185/000698258.PDF?SEQUENCE=1&ISALLOWED=Y](https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16185/000698258.pdf?sequence=1&isAllowed=y). ACESSO EM: 25 SET. 2021.

FAGUNDES, S. M. **ÁGUAS DA PEDAGOGIA DA IMPLICAÇÃO, INTERCESSÕES DA EDUCAÇÃO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE**. **INTERFACE - COMUNICAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO**, v.10, n. 20, p. 543-544, 2006B.